

# Prioridades do agronegócio nacional na Rodada de Doha



O agronegócio brasileiro tinha definido suas prioridades quanto às negociações da Rodada Doha, em documento divulgado no começo do novembro pela Confederação da Agricultura (CNA), com destaque para a dependência crescente do setor das negociações para abertura do mercado aos produtos brasileiros no exterior.

A agricultura foi excluída da rodada anterior de negociações - a Rodada do Uruguai, encerrada em 1994 -, que priorizou produtos não-agrícolas. Atualmente, a principal preocupação para os produtores industriais é reduzir tarifas. Mas os grandes agricultores ainda dependem de acordos sobre eliminação de subsídios e acesso a mercados.

O texto foi aprovado pela Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais do Conselho do Agronegócio (Consagro) do Ministério de Agricultura, e os produtores agrícolas pedem o corte de todos os subsídios distorcivos, conforme foi proposto pelo G-20.

Outras demandas são:

- a) Redução do teto da chamada Caixa Azul - que inclui subsídios que são admitidos, em parte, pela OMC. São formas de subsídios agrícolas considerados distorcivos pela OMC, mas que têm limitações quanto à produção e área plantada.
- b) Adoção de disciplinas rígidas por produto, a fim de garantir que os programas incluídos na Caixa Azul sejam menos distorcivos do que os

pagamentos de Caixa Amarela - que compreende as políticas internas de preços de mercado e os pagamentos diretos aos produtores. Tais políticas estão sujeitas a limites de uso global e determinado, assim como acordos de redução.

O agronegócio brasileiro também quer garantias de que os subsídios da Caixa Verde sejam isentos de compromissos de redução. Na Caixa Verde, estão as medidas de apoio doméstico no caso de desastres, os programas governamentais de pesquisa, extensão rural, infra-estrutura e controle de pragas e doenças. Os produtores temem, por exemplo, que certos subsídios migrem para a Verde como forma de burlar os novos limites impostos na Caixa Amarela e na Caixa Azul.

Também preocupa a possibilidade da prorrogação da Cláusula da Paz, pela qual os países que se sentissem prejudicados por distorções no comércio agrícola se comprometiam a não entrar com processos de queixa na OMC até 31 de dezembro de 2003.

Com relação ao acesso a mercados, o tratamento dos produtos sensíveis definirá o nível de ambição das negociações. Os principais produtos de interesse do Brasil serão selecionados como "sensíveis" por países desenvolvidos e em desenvolvimento, ficando de fora da regra geral de corte de tarifas. Por fim, a recomendação para fixar um prazo limite de cinco anos para o fim dos subsídios à exportação foi negociada em julho de 2004 pelos membros da OMC.

## DOCUMENTOS PRÓ-NEGOCIAÇÃO

No final da primeira reunião formal do G20, durante a 6ª Reunião Ministerial da OMC, foi distribuída uma nota que apontava "como a causa da maior distorção estrutural no comércio internacional na agricultura a combinação de tarifas elevadas, apoio doméstico e subsídios à exportação que protegem produtores ineficientes

nos países desenvolvidos".

Também o grupo que representa os países ricos e agro-exportadores - como Austrália e Canadá - emitiu uma nota em conjunto com o G 20, em prol da redução de subsídios agrícolas. O documento marcou a segunda união bem-sucedida dentro da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outro documento lançado pode ter marcado o nascimento do G 110 - nome usado por alguns negociadores para batizar a possível união entre a maioria das nações do Sul do Planeta.

Em nota conjunta divulgada pelos membros do G 20 e do Grupo de Cairns, foi reafirmado que o motor das negociações deve ser a agricultura e foi enfatizado, dois dias antes do encerramento da conferência, que a dinâmica da negociação requer movimentos por parte da União Européia e dos Estados Unidos.

"Conclamamos os principais membros a demonstrarem a necessária flexibilidade para garantir que possamos concluir as negociações em 2006 e cumprir as promessas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento", diz o documento.

Face à ausência de perspectivas de progresso em outros temas, a pressão tem se concentrado em um tema teoricamente simples: a fixação de uma data para o fim dos subsídios à exportação - a eliminação de tais subsídios já havia sido acordada em julho de 2004.

Em conjunto com o grupo de Cairns, os países do G 20 pedem "progressos" no chamado tratamento especial e diferenciado, também já acertado em julho do ano passado, incluindo produtos especiais, mecanismos de salvaguarda especial e temas como produtos tropicais. Os membros das duas alas são: África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, Malásia, México, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue. ■